



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 15/XI/ 1.ª SL

Aos 09 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação dos Pareceres, nas áreas da cultura, da comunicação social e da sociedade de informação:
 - Proposta de Lei nº 8/XI/1ª - Grandes Opções do Plano - Principais linhas e acção para 2010-2013;
 - Proposta de Lei nº 9/XI/1ª - Orçamento do Estado para 2010;
 - Cultura - Relatora Deputada Inês de Medeiros (PS)
 - Comunicação Social - Relator Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD)
 - Sociedade da Informação - Relator Deputado Rui Pereira (PS);
2. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
3. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD relativos a audições sobre a situação da implementação da Televisão Digital Terrestre e sobre o "Exercício da liberdade de expressão em Portugal";
4. Outros assuntos.

Como no segundo ponto da ordem do dia o assunto pendente era de rápido tratamento, o Senhor Presidente abordou logo este assunto no início da reunião.

De seguida, a Senhora Deputada Inês de Medeiros apresentou os pareceres sobre a área da cultura relativos às propostas de lei n.ºs 8/XI/1.ª (Grandes Opções do Plano 2010-2013) e 9/XI/1.ª (Orçamento do Estado para 2010).

Usaram da palavra o Senhor Presidente, para referir o facto de o Relatório do Orçamento do Estado e a nota técnica da UTAO fazerem uma comparação entre o Orçamento do Estado para 2010 e a estimativa de cumprimento de execução do Orçamento do Estado de 2009; e o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), para

referir as cativações orçamentais que reduzem os montantes ao dispor dos ministérios.

Submetidos à votação os dois pareceres, foram as suas partes I e III aprovadas por unanimidade.

De seguida, o Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) apresentou os pareceres sobre a área da comunicação social relativos às propostas de lei n.ºs 8/XI/1.^a (Grandes Opções do Plano 2010-2013) e 9/XI/1.^a (Orçamento do Estado para 2010).

Submetidos à votação os dois pareceres, foram as suas partes I e III aprovadas por unanimidade.

Finalmente, o Senhor Deputado Rui Pereira (PS) apresentou os pareceres sobre a área da tecnologia e sociedade da informação relativos às propostas de lei n.ºs 8/XI/1.^a (Grandes Opções do Plano 2010-2013) e 9/XI/1.^a (Orçamento do Estado para 2010).

Submetidos à votação os dois pareceres, foram as suas partes I e III aprovadas por unanimidade.

No terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) apresentou o requerimento para audição de diversas entidades a propósito do processo de implementação da televisão digital terrestre (TDT) em Portugal, tendo acrescentado a essa lista de entidade o Senhor Ministro da Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) usou da palavra para concordar com o requerimento e propor que as audições fossem feitas em reunião conjunta com a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Senhor Deputado Rui Pereira (PS) concordou com o requerimento e com a sugestão apresentada pela oradora antecedente.

Por sua vez, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) referiu a posição da ANACOM e da PT sobre alterações das condições de mercado, para a contestar e afirmar que os motivos que presidiram ao lançamento do concurso para a TDT continuam válidos. Referiu ainda que, em última análise, estava-se a transmitir aos portugueses que, para salvaguardar a posição de uma empresa, aqueles terão de

comprar uma nova televisão ou uma *setup box* que permita a transformação do sinal digital em analógico para poderem continuar a ver os quatro canais.

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) reforçou a posição expressa pelo PCP.

Também se pronunciou a favor do requerimento a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

Tornando a usar da palavra, o Senhor Deputado Rui Pereira (PS) lembrou que a Comissão estava a discutir o requerimento e não o assunto de fundo, porque a última intervenção de um Deputado do PSD revela que esse grupo parlamentar já tem conclusões feitas sobre o assunto.

Após o proponente do requerimento ter acolhido a sugestão apresentada pela Deputada Rita Rato, o requerimento foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) apresentou o requerimento do PSD sobre o exercício da liberdade de expressão em Portugal, complementado com uma proposta de lista de entidades a ouvir, tendo realçado a preocupação com o princípio constitucionalmente consagrado da liberdade de expressão, bem como o facto de este assunto estar a ser discutido por todos em todos os locais. Solicitou que, pela actualidade e relevância do tema, as audições tenham carácter de urgência.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) referiu que, infelizmente, não é a primeira vez que surge este assunto, nomeadamente quanto à maneira como o Governo se relaciona com os meios de comunicação social. Em sua opinião, as questões judiciais resolvem-se nos tribunais e não no Parlamento, mas há um problema político a resolver, que é o de saber se houve ou não interferência do Governo nos órgãos de comunicação social. De igual modo, não faz sentido que o País esteja há meses a discutir a questão e o Parlamento faça de conta que não sabe de nada. Concordou com a necessidade de iniciar as audições rapidamente, sendo que estas são as primeiras, uma vez que não exclui a possibilidade de haver outras no futuro.

Também a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) concordou com as sugestões apresentadas. Informou que o seu grupo parlamentar não iria apresentar mais nenhuma pessoa para ser ouvida. Considerou que a situação é grave e merece por

parte da Assembleia da República a constituição de uma comissão de inquérito, com poderes que esta Comissão não tem, mas entende que estas audições são importantes para afirmar a necessidade da constituição dessa comissão de inquérito.

Por sua vez, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) também concordou com a realização das audições e considerou que a liberdade de expressão só pode merecer da Assembleia da República toda o respeito e dedicação.

Usou também da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), para argumentar que, se é verdade que tem havido tanta discussão em tantos locais públicos, em sua opinião essa não era a imagem de um país amordaçado e para alertar para o cuidado que tem de haver com um certo discurso que descredibiliza as instituições. Informou também que o seu grupo parlamentar iria viabilizar as audições, apesar de não concordar com os pressupostos e considerandos do requerimento.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD), para informar que os seu grupo parlamentar considera que nesta altura é mais pertinente realizar estas audições mas isso não inviabiliza que mais tarde se evolua para a constituição de uma comissão de inquérito. Informou também que a lista de entidades apresentada não tem ordem cronológica para as audições mas sugere que se inicie pelas entidades do ponto 6 dessa lista. Finalmente, considerou que o País não deixa de estar amordaçado porque os cidadãos se queixam de não poderem ouvir opiniões contrárias às do Governo e que não se deveria estar numa fase da democracia em que este tipo de princípios fosse sequer questionado ou houvesse dúvidas a seu respeito, mas uma vez que, em seu entender, isso está a acontecer, é importante discutir a matéria na Assembleia da República.

Em nova intervenção, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) respondeu que não se deveria especular sobre o que é a falta de liberdade e que não se vive num ambiente amedrontado, sendo perigoso fazer passar essa imagem para o exterior. Concluiu, dizendo que Portugal não é um país com falta de liberdade de expressão e que seria importante que todos, aqui como na Europa, não fizessem passar essa imagem de um país em que está em casa o Estado de Direito, tendo reiterado que o seu grupo parlamentar não aceita os pressupostos e considerandos do requerimento do PSD.

Antes de submeter o requerimento a votação, o Senhor Presidente referiu que uma vez que a proposta de audição apresentada pelo CDS-PP é coincidente, na sua

maioria, com a do PSD, diferindo desta apenas porque propõe também a audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares, e uma vez que o PSD concorda com essa audição, propôs aditar esta entidade à lista de entidades proposta pelo PSD.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), para solicitar ao PSD a alteração dos pressupostos do seu requerimento, de modo a que o PS vote a favor das audições.

Responderam a esta intervenção os Senhores Deputados Pedro Duarte (PSD), para referir que as audições só fazem sentido porque têm um fundamento, que é o que está expresso no requerimento; e João Oliveira (PCP), para frisar que o que se estava a votar era o requerimento para realização de audições e não os seus considerandos; bem como o Senhor Presidente, para reiterar a opinião do orador antecedente, acrescentando que a votação engloba também a proposta de elaboração de um relatório das audições.

Após um compasso de espera, solicitado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi o requerimento submetido a votação, tendo sido aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do BE e do PCP e os votos contra do PS.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) informou que o seu grupo parlamentar apresentaria uma declaração de voto.

O Senhor Presidente, após informar que essa declaração de voto seria anexa à acta, perguntou aos presentes se poderiam proceder à discussão do requerimento subscrito pelo PS, entregue no decurso da reunião.

Interveio o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), para afirmar que, face à votação que tinham acabado de fazer, este requerimento era uma inutilidade superveniente, sendo útil, isso sim, discutir sobre as entidades a ouvir bem como aditamentos a essa lista de entidades, e para informar que o PSD estava disponível para fazer essa discussão de imediato.

Pronunciou-se também a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para informar que não estava nesse momento em condições de dizer se aquela era a lista de entidades em que se revia. Apesar de, em sua opinião, se poder fazer a discussão de imediato, a votação deveria ser adiada.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) informou que o seu grupo parlamentar esta em condições de fazer a discussão do requerimento.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) defendeu que, apesar de se realizar a discussão de imediato, a votação deveria ser adiada.

Finalmente, o Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) propôs que se avançasse de imediato com as audições já aprovadas e que se discutisse e votasse este requerimento na reunião da semana seguinte.

Conclui o Senhor Presidente que, havendo um grupo parlamentar a solicitar o adiamento da discussão e votação para a reunião da semana seguinte, assim seria feito, podendo, entretanto, serem apresentadas propostas complementares de audições. De seguida, lembrou o regime de reuniões de comissões durante a discussão na especialidade da Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2010, bem como a grelha de tempos a utilizar durante as reuniões com a Comissão de Orçamento e Finanças e os diversos Ministros.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 Fevereiro 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Filipe Neto Brandão
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
Jorge Bacelar Gouveia
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Luís Pedro Pimentel
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Marcos Sá